

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A

e

CH SERVICOS GERAIS LTDA

CONTRATO

Nº: 4600002534

DS
CL

DS
CHS

DS
CHSJ

DS
KDOM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular,

- I. **ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A**, sociedade anônima com sede na Av. dos Portugueses, S/N, MODULO G BR 135, ITAQUI, na Cidade de SÃO LUIS, Estado de MARANHÃO CEP 65.085-582, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.219.477/0001-74, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("CONTRATANTE"); e
- II. **CH SERVICOS GERAIS LTDA**, sociedade limitada com sede na rua Onze, nº 25, Cohajap, na Cidade de São Luis, Estado de Maranhão CEP 65.072-620, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.999.552/0001-00, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("CONTRATADA");

CONTRATANTE e CONTRATADA doravante denominadas, em conjunto, simplesmente "Partes" e, de forma genérica e individual, simplesmente "Parte";

têm entre si, justa e acordada, a celebração do presente Contrato de Prestação de Serviços, doravante denominado simplesmente "Contrato", que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. Escopo. O presente Contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de serviços de Recompôr de Estruturas Degradadas do transportador BC30 localizados na área do porto da UTE Itaqui. ("Serviços"), conforme descritos e especificados (i) nas especificações técnicas enviadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA no âmbito do processo concorrencial promovido para a presente contratação ("Especificações"), que fazem parte integrante do presente Contrato como Anexo I; bem como (ii) na proposta técnica e comercial da CONTRATADA nº PROP – CH SRV – 063-22 Rev.03, datada de 23 de agosto de 2022, a qual faz parte integrante do presente Contrato como Anexo VII ("Proposta").
- 1.2. Regras de Interpretação. Em caso de contradições, inconsistências ou dúvidas entre este Contrato e seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato e os seus Anexos prevalecerão, um em relação ao outro, na ordem abaixo:
1. Anexo I – Especificações da CONTRATANTE;
 2. Anexo II – Requisitos de SMS (segurança, meio ambiente e saúde) da CONTRATANTE;
 3. Anexo III – Regras de Proteção de Dados da CONTRATANTE;
 4. Anexo IV – Regras de Ouro da CONTRATANTE; e
 5. Anexo V – Código de Conduta de Terceiros da CONTRATANTE;

6. Anexo VI – Requisitos de Seguros;
7. Anexo VII – Proposta da CONTRATADA.

1.3. Não Aplicável

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

2.1. Obrigações da CONTRATADA. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras estipuladas neste Contrato, seus Anexos, na legislação e normas, resoluções e demais os normativos técnicos que sejam aplicáveis à natureza dos Serviços:

- a) Executar os Serviços com o mais alto nível técnico e com a diligência profissional exigida pela natureza dos Serviços prestados, utilizando profissionais treinados, habilitados e aptos à função que irão desempenhar;
- b) Substituir seu pessoal alocado para a prestação dos Serviços durante as eventuais ausências, seja por que motivo for, garantindo pessoal qualificado suficiente alocado à prestação dos Serviços durante toda a vigência deste Contrato;
- c) Assegurar a motivação e o conhecimento de seu pessoal, possibilitando a eficiência e o tratamento cortês aos colaboradores da CONTRATANTE, bem como a seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços;
- d) Cumprir integralmente a legislação aplicável ao objeto deste Contrato, incluindo, sem limitação, a legislação civil, trabalhista, tributária, previdenciária, fiscal e parafiscal, social e ambiental, e quaisquer obrigações acessórias, além de todas as normas, resoluções e demais os normativos técnicos que sejam aplicáveis à natureza dos Serviços prestados, respondendo por qualquer infração cometida neste âmbito, incluindo, sem limitação, recolhimento tributário indevido ou intempestivo;
- e) Obter e manter atualizadas, bem como fazer com que suas eventuais subcontratadas autorizadas obtenham e mantenham atualizadas, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, autorizações, registros e outros documentos necessários à regular execução dos Serviços e ao exercício das atividades englobadas no objeto social da CONTRATADA;
- f) Em relação à observância dos requisitos de SMS (segurança, meio ambiente e saúde) preconizados no Anexo II, fazer com que seus profissionais, empregados e subcontratados autorizados permaneçam devidamente uniformizados e identificados, utilizando os equipamentos de proteção individual ("EPI's") adequados, fazendo com que cumpram todos os regulamentos de disciplina e segurança da CONTRATANTE, durante todo o tempo em que permanecerem nas instalações da CONTRATANTE e/ou de pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico, mantendo sempre o local da execução dos Serviços limpo e desimpedido e adequado à natureza dos serviços ali

DS
CL

prestados;

- g) Observar as Regras de Proteção de Dados da CONTRATANTE (Anexo III) e as Regras de Ouro da CONTRATANTE (Anexo IV);
- h) Permitir à CONTRATANTE, quando solicitado, efetuar ampla auditoria nos documentos da CONTRATADA referentes aos Serviços;
- i) Apresentar todos os documentos de regularidade e quitação aplicáveis em relação ao cumprimento das suas obrigações ambientais, fiscais, parafiscais, trabalhistas, previdenciárias, de saúde e segurança do trabalho, espontaneamente ou sempre que forem exigidos pela CONTRATANTE, sobretudo os comprovantes de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), das contribuições à Previdência Social (GRPS/INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP/FGTS), acompanhados da respectiva folha de pagamento da CONTRATADA ou documento correspondente;
- j) Assumir plena responsabilidade, administrativa, civil e criminal, por qualquer prejuízo, dano ou lesão que possa acarretar à CONTRATANTE ou a terceiros, aí incluídos o meio ambiente e o Estado, em razão de seus atos ou omissões na prestação dos Serviços, bem como dos atos e omissões dos seus colaboradores e/ou subcontratados autorizados, indenizando integralmente a CONTRATANTE e/ou terceiros, conforme o caso, pelas perdas e danos diretos eventualmente causados, observados os limites estabelecidos neste Contrato;
- k) Assumir plena e exclusiva responsabilidade pelos contratos de trabalho celebrados com seus empregados e demais colaboradores, incluindo contratos de prestação de serviços com eventuais subcontratados autorizados nos termos deste Contrato, assim como por penalidades eventualmente decorrentes de infrações cometidas, reclamações judiciais e quaisquer outras medidas propostas por seus empregados e/ou empregados de prestadoras de serviços subcontratadas, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, solidária e/ou subsidiária em relação a tais reivindicações;
 - k.1) Comparecer espontaneamente em Juízo e reconhecer sua condição de verdadeira empregadora, pleiteando a substituição da CONTRATANTE em todas as reclamações trabalhistas eventualmente intentadas contra a CONTRATANTE ou contra qualquer pessoa jurídica do mesmo grupo econômico, por empregados ou terceiros contratados pela CONTRATADA, permanecendo na demanda até o seu julgamento final e respondendo pelo ônus de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão do Contrato;
- l) Defender, indenizar e manter indene a CONTRATANTE, seus diretores, colaboradores

DS

CL

DS

CHS

DS

CHS

DS

KDOM

e/ou pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico quanto a todos e quaisquer prejuízos, danos, penalidades, custos e despesas de qualquer natureza decorrentes de quaisquer demandas relacionadas a (i) morte, doenças, ferimentos de pessoas ou danos a bens decorrentes da execução dos Serviços; (ii) quaisquer reivindicações de empregados da CONTRATADA e/ou subcontratados autorizados; (iii) infração ou alegação de infração da legislação (incluindo a trabalhista, previdenciária, ambiental e anticorrupção); (iv) não pagamento ou alegação de não pagamento de tributos ou o descumprimento de obrigações tributárias acessórias de responsabilidade da CONTRATADA (nos termos da legislação ou deste Contrato); ou (v) ônus, gravames, reivindicações ou direitos de terceiros sobre qualquer parcela dos Serviços;

- m) Prover, sem limitação, todos e quaisquer equipamentos, materiais, ferramentas, insumos e bens de consumo necessários à execução dos Serviços, efetuando a sua manutenção, preventiva e corretiva, e substituição sempre que necessário, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, de modo a prestar os Serviços ininterruptamente;
- n) Designar, por meio de aviso escrito, em até 05 (cinco) dias contados da assinatura do Contrato, um representante da CONTRATADA que atuará como principal ponto de contato com a CONTRATANTE no que diz respeito à execução dos Serviços, o qual deverá ter pleno conhecimento sobre o andamento dos Serviços e os compromissos da CONTRATADA, bem como ter poderes bastantes para lidar e gerir os colaboradores da CONTRATADA e eventuais subcontratados autorizados, a quem os mesmos estarão subordinados, bem como poder de resolver questões do dia-a-dia dos Serviços;
- o) Reconhecer, pelo presente Contrato, que a CONTRATANTE e/ou quaisquer das sociedades componentes de seu grupo econômico, seus sucessores e cessionários têm e terão, juntamente com a CONTRATADA, todos os direitos relacionados a todos e quaisquer documentos, imagens, gravações, manuais, planos, relatórios, detalhes padronizados, projetos, bancos de dados, especificações ou quaisquer resultados produzidos ou decorrentes da prestação de Serviços ora contratados;
- p) Não utilizar o nome ou o logotipo da CONTRATANTE ou das sociedades componentes de seu grupo econômico, bem como qualquer abreviatura ou adaptação deles, para efeito de publicidade, comércio ou outro propósito, seja ele qual for, devendo zelar pelo bom nome comercial e pela reputação da CONTRATANTE e das sociedades componentes de seu grupo econômico, respondendo pelas perdas e danos decorrentes do uso indevido;
- q) Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer modalidade de utilização, inclusive isolada e/ou combinada, de obras de titularidade de terceiros, inclusive aquelas protegidas por direito de propriedade intelectual, tais como inventos

DS
CL

patenteados e/ou objeto de pedidos de patentes, marcas, desenhos, segredos de indústria, *know-how*, direitos autorais ou equivalentes, protegidos pela legislação em vigor, relacionados ao objeto deste Contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade nesse caso, indenizando os danos causados a terceiros e ressarcindo a CONTRATANTE de quaisquer despesas que esta venha a suportar, em razão de qualquer demanda derivada de ofensas a direitos de terceiros pelo uso, gozo ou fruição da propriedade intelectual de terceiros;

- r) Garantir os Serviços prestados pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a sua conclusão, devendo corrigir quaisquer não-conformidades com as Especificações ou quaisquer irregularidades ou defeitos imediatamente após constatadas, dentro do prazo conferido pela CONTRATANTE para tanto, sem qualquer custo ou ônus para esta última e sem prejuízo das penalidades e demais direitos conferidos à CONTRATANTE neste instrumento e na Lei; e
- s) Contratar e manter vigor, durante todo o prazo do Contrato, conforme alterado, os seguros relacionados e descritos no Anexo IV deste Contrato, apresentando à CONTRATANTE cópias autenticadas e/ou digitalizadas, conforme o caso, das apólices de seguro contratadas em até 5 (cinco) dias após a assinatura deste Contrato.

2.1.1. A obrigação de indenidade referida no item "I" da Cláusula 2.1 acima (a) abrange casos em que a CONTRATANTE tiver que realizar pagamentos para suspender a exigibilidade de créditos ou assegurar a emissão de certidões negativas (ou positivas com efeitos de negativas), bem como a realização de depósitos, prestação de caução e/ou oferecimento de garantias no âmbito de demandas em face da CONTRATANTE; (b) independe da verificação ou comprovação de culpa da CONTRATADA; (c) não exclui a eventual apuração de responsabilidade adicional da CONTRATADA decorrente de suas ações ou omissões; e (d) não deverá impedir que a CONTRATANTE faça uso de quaisquer recursos ou remédios disponíveis ou exerça qualquer direito que possa ter nos termos deste Contrato ou da legislação.

2.2. Obrigações da CONTRATANTE. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras estipuladas neste Contrato, seus Anexos e na legislação:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA todos os documentos, orientações e informações que sejam razoavelmente necessários para a correta prestação dos Serviços;
- b) Designar, por meio de aviso escrito, em até 05 (cinco) dias contados da assinatura do Contrato, um representante da CONTRATANTE que atuará como principal ponto de contato com a CONTRATADA no que diz respeito à execução dos Serviços, o qual deverá ter pleno conhecimento sobre o andamento dos Serviços e os compromissos da CONTRATANTE, bem como ter poderes bastantes para lidar e gerir os colaboradores da CONTRATANTE, a quem os mesmos estarão subordinados, bem

DS
CL

como poder de resolver questões do dia-a-dia dos Serviços; e

- c) Efetuar pontual e integralmente os pagamentos devidos à CONTRATADA nos termos deste Contrato, observado o procedimento previsto na Cláusula Quinta abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

- 3.1. Vigência. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até 15 de dezembro de 2022, observadas as hipóteses de rescisão previstas na Cláusula Oitava abaixo.
- 3.2. Cronograma dos Serviços. Não obstante o prazo de vigência do Contrato acima indicado, a CONTRATADA deverá prestar os Serviços nos prazos para tanto assinalados nas Especificações ou na Proposta, conforme o caso. Qualquer alteração nos prazos referidos nas Especificações ou na Proposta deverá ser necessariamente aprovada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO DO CONTRATO

- 4.1. Preço do Contrato. O preço total, fixo e irrevogável deste Contrato é de R\$ 1.999.995,20 (um milhão, novecentos e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) ("Preço do Contrato").
- 4.2. Suficiência do Preço do Contrato. A CONTRATADA reconhece que, no Preço do Contrato, estão compreendidos todos os custos com mão-de-obra, incluindo, sem limitação, todos os encargos trabalhistas e previdenciários (inclusive adicional de periculosidade e/ou insalubridade, quando aplicável), além de materiais, equipamentos, todos os tributos incidentes sobre os Serviços, bem como todos os custos e despesas administrativas e operacionais, contratação de seguros, cópias, comunicação, transporte dos equipamentos/materiais e do pessoal da CONTRATADA e, enfim, todos os custos e despesas incidentes, direta ou indiretamente, sobre a prestação dos Serviços, incluindo as despesas de viagens, passagens aéreas, deslocamento, alimentação e hospedagem dos colaboradores da CONTRATADA ou subcontratados autorizados.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTOS

- 5.1. Pagamento do Preço do Contrato. O Preço do Contrato será pago, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, mediante o atingimento dos marcos de pagamentos, conforme os percentuais do Preço do Contrato a seguir discriminados no quadro abaixo, observado o disposto nesta Cláusula Quinta.

Marco	% PGTO
-------	-----------

DS
CL

1000022404	
Mobilização	15%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Casa de transferência: 1200m ²	15%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Guarda corpo: 950 m ²	15%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Passarela: 290 m ²	10%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Cavalete: 767 m ²	10%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Pilares: 728 m ²	10%
Serviço de Tratamento e Pintura das Estruturas do Transportador BC 30 - Escada industrial: 838 m ²	10%
Após conclusão (aceite da Engenharia)	15%

5.2. Boletim de Medição. Os boletins de medição dos Serviços deverão (a) ser elaborados e submetidos à aprovação da CONTRATANTE no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data em que a CONTRATADA entender ter atingido determinado marco de pagamento, conforme previstos na Proposta da CONTRATA; e (b) conter descrições detalhadas dos Serviços referentes ao respectivo marco de pagamento e valores a eles correspondentes.

5.3. Análise do Boletim de Medição e Faturamento. A análise de cada boletim de medição deverá observar o seguinte procedimento:

- a) o setor de fiscalização da CONTRATANTE terá 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, para aprovar o boletim de medição e submetê-lo à área de gestão de contratos da CONTRATANTE;
- b) a área de gestão de contratos da CONTRATANTE terá 5 (cinco) dias úteis para analisar, aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, cada boletim de medição;
- c) caso a CONTRATANTE aprove o boletim de medição, deverá comunicar formalmente a CONTRATADA para que esta emita a respectiva nota fiscal, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.4 abaixo;
- d) caso a CONTRATANTE rejeite, total ou parcialmente, o boletim de medição, deverá comunicar formalmente a CONTRATADA para que esta retifique a parte contestada do boletim de medição, submetendo-o novamente ao procedimento previsto nesta Cláusula após sua retificação;
- e) caso as Partes não cheguem a um consenso a respeito da parte controversa do boletim de medição de Serviços (e.1) a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, autorizar a emissão de nota fiscal referente exclusivamente à parte incontroversa do boletim de medição; e/ou (e.2) as Partes deverão tentar solucionar, de boa-fé, a controvérsia relacionada ao boletim de medição em questão, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da resposta da CONTRATANTE.

DS
CL

- 5.3.1. Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA suspender os Serviços em função da não aprovação, pela CONTRATANTE, de um boletim de medição, total ou parcialmente. Da mesma forma, a CONTRATANTE não estará sujeita a qualquer ônus ou penalidade em função da rejeição de um boletim de medição de Serviços.
- 5.4. Prazo de Pagamento. A CONTRATADA somente poderá emitir nota fiscal uma vez aprovado, pela CONTRATANTE, o boletim de medição a que a respectiva nota fiscal se refere. Cada nota fiscal, uma vez emitida, deverá ser paga em até 30 (trinta) dias contados do seu recebimento pela CONTRATANTE.
- 5.4.1. Notas fiscais emitidas sem a expressa aprovação do boletim de medição pela CONTRATANTE estarão sujeitas à solicitação de cancelamento.
- 5.4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas, a exclusivo critério da CONTRATANTE e mediante comunicado por escrito, em face de sua matriz ou de qualquer de suas filiais.
- 5.5. Comprovantes. Para ser elegível para pagamento, além de atender às demais exigências previstas neste Contrato e na legislação aplicável, cada fatura referente à execução dos Serviços deverá **(a)** ser emitida de acordo com seus valores globais, devendo constar de cada uma as seguintes informações (a.1) descrição detalhada dos Serviços; (a.2) impostos incidentes e retidos; e (a.3) número deste Contrato; e **(b)** estar acompanhada da documentação comprobatória do cumprimento das obrigações fiscais, ambientais, previdenciárias e trabalhistas (referente aos colaboradores alocados na execução dos Serviços) da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a: (b.1) comprovantes de cumprimento do recolhimento dos encargos previdenciários, sociais e dos tributos incidentes, nos termos da legislação em vigor, bem como outras formalidades e exigências legais relacionadas a este Contrato e aos Serviços (incluindo, mas não se limitando, ao INSS, FGTS e CREA); e (b.2) quaisquer outros documentos, comprovantes ou certidões solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA com o intuito de elidir potenciais responsabilidades trabalhistas, fiscais e/ou previdenciárias.
- 5.5.1. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, na notificação por meio da qual formalizar a autorização para emissão de nota fiscal: (a) detalhar a documentação que deverá ser apresentada em conjunto com a nota fiscal; ou (b) dispensar, a seu exclusivo critério, a apresentação de algum documento ou informação, mediante pedido fundamentado formulado pela CONTRATADA.
- 5.5.2. A não-apresentação dos comprovantes referidos nesta Cláusula ensejará a retenção, pela CONTRATANTE, do pagamento da nota fiscal, que somente será liberado após a apresentação das guias mencionadas, devidamente quitadas pela CONTRATADA, ou serão descontados da fatura a ser paga, os valores correspondentes às contribuições ou impostos em atraso.

DS

CL

- 5.6. Dados para Pagamento. Os pagamentos serão realizados mediante depósito ou transferência bancária para conta corrente da CONTRATADA abaixo informada, valendo os respectivos comprovantes de depósitos como prova de pagamento e quitação:

Banco: Itaú

Agência: 4525

Conta Corrente: 51218-4

Titular: CH Serviços Gerais LTDA

- 5.6.1. Observado o disposto na Cláusula 5.4.2 acima, CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais conforme dados abaixo relacionados e enviá-las para <contratos.pii@eneva.com.br>:

ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A

CNPJ: 08.219.477/0001-74

- 5.7. Vedação a Endosso ou Cessão. Em qualquer hipótese, é vedado o endosso ou a cessão dos valores devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA para terceiros, ficando acordado que a CONTRATANTE não pagará os valores que tenham sido colocados em cobrança ou descontados em bancos ou cedidos a terceiros (inclusive empresas de fomento mercantil), não se responsabilizando por pagamento de parcelas contratuais operadas pela CONTRATADA junto a terceiros, exceto nos casos em que a CONTRATANTE tenha prévia e expressamente autorizado.

- 5.8. Retenções e Compensações. É expressamente permitido à CONTRATANTE reter e/ou compensar todos e quaisquer valores devidos à CONTRATADA, (a) caso a CONTRATANTE seja notificada ou instada a pagar dívidas de qualquer natureza da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos por produtos ou serviços subcontratados ou terceirizados; (b) em virtude de demandas ou condenações judiciais por obrigações cíveis, trabalhistas, administrativas, ambientais, previdenciárias e/ou fiscais da CONTRATADA; (c) em razão de quaisquer multas e/ou penalidades aplicadas à CONTRATADA com base neste Contrato; e/ou (d) em caso de descumprimento continuado ou não reparado de obrigação contratual da CONTRATADA, devidamente notificado a esta pela CONTRATANTE.

- 5.8.1. A retenção ou compensação referidas na Cláusula 5.8 acima serão permitidas caso a CONTRATADA não providencie o pagamento ou efetue o ressarcimento à CONTRATANTE, conforme o caso, da(s) dívida(s) de sua responsabilidade, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação da CONTRATANTE solicitando o referido pagamento ou ressarcimento, acompanhada da documentação competente. Tal condição não se aplicará em caso de retenções

DS
CL

de pagamentos decorrentes de multas aplicadas à CONTRATADA em razão deste Contrato, hipótese na qual bastará que tal retenção seja precedida de aviso por escrito à CONTRATADA.

- 5.9. Efeitos do Pagamento. A aprovação, pela CONTRATANTE, do boletim de medição, ou a realização de qualquer pagamento de acordo com este Contrato: (a) não representarão, nem poderão ser interpretadas como, uma declaração ou atestado da CONTRATANTE de que esta tenha inspecionado ou examinado qualquer parcela dos Serviços; (b) não constituirão aceitação, no todo ou em parte, de qualquer parcela dos Serviços ou certificação de realização satisfatória de qualquer parcela dos Serviços quanto à sua adequação, qualidade técnica ou atendimento às Especificações; (c) não terão o efeito de reduzir ou de qualquer forma alterar as obrigações e responsabilidades da CONTRATADA previstas neste Contrato; e (d) não importarão nem poderão ser interpretadas como renúncia a qualquer reivindicação ou direito que a CONTRATANTE possa ter de acordo com este Contrato, inclusive o seu direito de questionar pagamentos já efetuados e solicitar a sua devolução, independentemente de erro por parte da CONTRATANTE, caso seja constatado que, de acordo com o Contrato, o pagamento em questão não era devido.

CLÁUSULA SEXTA – MULTAS

- 6.1. Multa por Inadimplemento da CONTRATADA. Sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos efetivamente incorridos e do direito de a CONTRATANTE receber os resultados corretos dos Serviços, caso a CONTRATADA não cumpra com quaisquer de suas obrigações decorrentes deste Contrato, ficará sujeita ao pagamento de multa diária não compensatória, correspondente a 0,5% (meio por cento) do Preço do Contrato, a qual será aplicada a partir da data do descumprimento da obrigação até o seu efetivo cumprimento.
- 6.2. Direito de Rescisão em Razão de Multa. Sem prejuízo da multa referida nesta Cláusula, será facultado à CONTRATANTE rescindir o presente Contrato, caso a CONTRATADA não providencie o cumprimento da obrigação contratual inadimplida, no prazo fixado na correspondente notificação da CONTRATANTE, nos termos da Cláusula 8.2, "a", abaixo.
- 6.3. Multa por Atraso de Pagamento pela CONTRATANTE. O não pagamento das importâncias devidas pela CONTRATANTE segundo os prazos estipulados neste instrumento, por culpa exclusiva e comprovada da CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATANTE ao pagamento da importância em atraso, acrescida de multa de 1% (um por cento) sobre o valor devido, juros de mora à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês incidentes sobre o valor devido, calculados *pro rata die*, a partir da data de vencimento, até a data do efetivo pagamento, desde que tal falta não seja corrigida dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento, pela CONTRATANTE, de notificação, por escrito, da CONTRATADA, informando sobre o não pagamento.

DS
CL

CLÁUSULA SÉTIMA – SIGILO

- 7.1. Informações Confidenciais. A CONTRATADA se compromete por si e por seus conselheiros, diretores, empregados, colaboradores, subcontratados, cessionários assessores, agentes e/ou consultores, a qualquer título ("Representantes"), a manter absoluto sigilo perante terceiros em relação a toda e qualquer informação que vier a ter acesso em decorrência deste Contrato, incluindo sua existência, natureza e/ou andamento ("Informações Confidenciais"), salvo mediante prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- 7.2. Divulgação Permitida. A CONTRATADA poderá revelar as Informações Confidenciais para seus Representantes, nos limites que se façam necessários para o desenvolvimento dos Serviços. A CONTRATADA deverá garantir que, antes de divulgar quaisquer Informações Confidenciais a quaisquer de seus Representantes, estes tenham sido informados acerca do caráter confidencial de tais informações.
- 7.3. Exceções à Obrigação de Confidencialidade. As restrições previstas nesta Cláusula não se aplicam exclusivamente às informações que:
- a) se tornem disponíveis ao público de outra forma que não em decorrência de violação deste Contrato;
 - b) sejam recebidas de terceiros sem restrição ou violação a este Contrato ou qualquer outra obrigação de confidencialidade;
 - c) sejam independentemente desenvolvidas pela CONTRATADA sem qualquer referência a Informações Confidenciais, e
 - d) cuja divulgação seja exigida por ordem judicial de tribunais ou órgãos governamentais competentes, caso em que a CONTRATADA deverá comunicar tal fato anteriormente à referida divulgação, à CONTRATANTE e limitar a divulgação apenas à parte da Informação Confidencial cuja divulgação seja exigida.
- 7.4. Devolução e Destruição. Após o término deste Contrato, antecipado ou não, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE a qualquer tempo, a CONTRATADA deverá devolver ou destruir todas e quaisquer Informações Confidenciais em sua posse, bem como atestar a integral devolução ou destruição, conforme o caso, de tais Informações Confidenciais por escrito.
- 7.5. Prazo da Confidencialidade. As obrigações previstas nesta Cláusula permanecerão em vigor, por um prazo de 5 (cinco) anos, a contar do término deste Contrato, seja por que motivo for.

DS

CL

DS

CHS

DS

CHS

DS

KDOM

7.6. Vedação à Negociação de Ações da Eneva S.A. A CONTRATADA declara ter conhecimento de que a Eneva S.A. é registrada como companhia aberta, possuindo valores mobiliários emitidos e admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários brasileiro e estando sujeita às normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (inclusive a Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada), de forma que as negociações dos valores mobiliários de emissão da Eneva S.A. em posse ou mediante utilização de informação privilegiada ou o repasse de informações sigilosas estão sujeitos às penalidades estabelecidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

7.6.1. A CONTRATADA se obriga a informar aos seus Representantes envolvidos no objeto deste Contrato sobre a natureza sigilosa das Informações Confidenciais e a fazer com que seus Representantes cumpram as restrições e vedações, caso aplicáveis, à negociação de valores mobiliários da Eneva S.A.

7.6.2. A CONTRATADA declara conhecer a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, Preservação de Sigilo e de Negociação, disponível no site de Relações com Investidores da Eneva S.A. (acesso em: <https://ri.eneva.com.br/governanca-corporativa/estatutos-e-politicas/>), se comprometendo a seguir suas diretrizes e a não violar quaisquer de suas disposições.

CLÁUSULA OITAVA – SUSPENSÃO E RESCISÃO

8.1. Suspensão por Iniciativa da CONTRATANTE. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito à CONTRATADA, instruir que a CONTRATADA a suspenda a execução dos Serviços, no todo ou em parte. Qualquer notificação de suspensão deverá especificar a parcela dos Serviços a ser suspensa, a data do início da suspensão e a duração estimada da suspensão.

8.1.1. Uma vez notificada, a CONTRATADA suspenderá imediatamente a execução dos Serviços ou parcela destes conforme solicitado pela CONTRATANTE e deverá entregar à CONTRATANTE cópias dos documentos que reflitam a situação dos Serviços na data da suspensão, incluindo atividades de subcontratadas, e qualquer outra informação solicitada pela CONTRATANTE.

8.1.2. Durante qualquer período de suspensão, a CONTRATADA deverá tomar todas as medidas necessárias e manter as atividades mínimas para assegurar a conservação, proteção e segurança dos Serviços já executados. A menos que a CONTRATANTE tenha instruído a CONTRATADA a suspender a execução dos Serviços em virtude do descumprimento de obrigações contratuais pela CONTRATADA, a CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA pelos eventuais custos de desmobilização e remobilização incorridos pela CONTRATADA em virtude da suspensão nos termos desta Cláusula se, e na medida em que, o período de

DS
CL

suspensão em questão ultrapassar 30 (trinta) dias e os custos incorridos pela CONTRATADA forem razoáveis e devidamente documentados.

8.1.3. Uma vez que a CONTRATANTE notifique a CONTRATADA instruindo-a a retomar a execução dos Serviços suspensos nos termos desta Cláusula 8.1, a CONTRATADA deverá retomar a execução dos Serviços imediatamente.

8.2. Rescisão por Iniciativa da CONTRATANTE. A CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato, sem ônus e no prazo estipulado na notificação enviada para tal efeito, em qualquer uma das hipóteses seguintes:

- a) Caso a CONTRATADA deixe de cumprir qualquer de suas obrigações previstas neste Contrato e deixe de corrigir tal falta no prazo fixado na correspondente notificação da CONTRATANTE, por escrito, na forma da Cláusula 6.2;
- b) Requerimento de autofalência ou decretação de falência, requerimento de recuperação (judicial ou extrajudicial), dissolução ou liquidação (judicial ou extrajudicial) da CONTRATADA;
- c) Atraso ou lentidão na prestação dos Serviços por parte da CONTRATADA, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade da conclusão da prestação dos Serviços nos prazos estipulados neste Contrato, seus Anexos e/ou em plano de recuperação de cronograma devidamente aprovado pela CONTRATANTE;
- d) Incapacidade técnica, negligência, imprudência ou imperícia grave por parte da CONTRATADA;
- e) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a prestação dos Serviços;
- f) Independentemente de motivo, após notificação por escrito da CONTRATANTE à CONTRATADA, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;
- g) Caso a CONTRATADA descumpra qualquer aspecto da Cláusula Sétima e/ou Décima abaixo, hipótese que ensejará a rescisão imediata e independentemente de qualquer notificação nesse sentido.

8.3. Suspensão por Iniciativa da CONTRATADA. Caso a CONTRATANTE deixe de cumprir sua obrigação de efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos termos deste Contrato e deixe de corrigir tal falta no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação, por escrito, especificando a falta e exigindo que a CONTRATANTE a corrija, a CONTRATADA poderá suspender a execução dos Serviços.

DS
CL

8.3.1. Durante o período de suspensão acima mencionado, a CONTRATADA deverá tomar todas as medidas necessárias e manter as atividades mínimas para assegurar a conservação, proteção e segurança dos Serviços já executados. A CONTRATANTE remunerará a CONTRATADA pelos eventuais custos de desmobilização e remobilização incorridos pela CONTRATADA em virtude da suspensão nos termos da Cláusula 8.3 acima, desde que os custos incorridos pela CONTRATADA sejam razoáveis e devidamente documentados.

8.3.2. O disposto na Cláusula 8.3 acima não se aplica caso o não cumprimento, por parte da CONTRATANTE, esteja de alguma forma justificado no presente Contrato.

8.4. Rescisão por Iniciativa da CONTRATADA. A CONTRATADA poderá rescindir o presente Contrato, sem ônus, em quaisquer das seguintes hipóteses:

- a) Caso a CONTRATANTE deixe de cumprir sua obrigação de efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos termos deste Contrato e o período de efetiva suspensão de que trata a Cláusula 8.3 acima perdure por mais de 45 (quarenta e cinco) dias sem que o descumprimento que deu causa à suspensão seja reparado; ou
- b) Requerimento de aut falência ou decretação de falência, requerimento de recuperação (judicial ou extrajudicial), dissolução ou liquidação (judicial ou extrajudicial) da CONTRATANTE.

8.5. Consequências da Rescisão. O término ou a rescisão do presente Contrato, por qualquer motivo, não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o término ou rescisão do presente Contrato, ou que seja a ele anterior ou decorra de tal término ou rescisão, inclusive (a) o direito da CONTRATANTE de receber da CONTRATADA os resultados corretos e satisfatórios da prestação dos Serviços; (b) a garantia a que refere a Cláusula 2.1.(p) em relação aos Serviços já prestados; e (c) a obrigação de sigilo estipulada na Cláusula Sétima acima.

8.5.1. As Partes acordam, desde já, que, em qualquer caso de rescisão, a CONTRATADA terá direito exclusivamente ao pagamento da parcela dos Serviços por ela efetivamente concluídas e aceitas pela CONTRATANTE até o momento da rescisão, com renúncia expressa, portanto, a qualquer pretensão de ressarcimento, compensação ulterior, indenizações de qualquer tipo, reembolso das despesas havidas ou pagamento (ainda que parcial) pelas partes dos Serviços que não tenham sido efetivamente prestados.

CLÁUSULA NONA – FORÇA MAIOR

9.1. Caracterização do Evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, será considerado caso fortuito ou força maior ("Força Maior"), nos termos do artigo 393 do Código Civil

DS
CL

Brasileiro, qualquer evento imprevisível ocorrido após a assinatura deste Contrato, que (a) esteja fora do controle da Parte afetada; (b) não seja resultado ou decorrência de ato, omissão ou inadimplemento da Parte afetada; (c) não poderia ter sido evitado ou previsto pela Parte afetada; e (d) não possa ser sanado, evitado, compensado ou cujas consequências não possam ser superadas pela Parte afetada com o emprego de cautela e diligência compatíveis com seus deveres e obrigações previstos neste Contrato.

9.1.1. As Partes somente não serão responsabilizadas ou consideradas inadimplentes, de acordo com esta Cláusula, por qualquer falha no cumprimento de suas obrigações contratuais, se a ocorrência do evento de Força Maior tiver comprovadamente impossibilitado a Parte afetada de cumprir tais obrigações, não se configurando como tal um evento que simplesmente venha a tornar mais oneroso referido cumprimento.

9.1.2. A ocorrência de um evento de Força Maior não eximirá a Parte afetada do cumprimento das obrigações devidas anteriormente a tal ocorrência.

9.2. Obrigações das Partes na Ocorrência de um Evento de Força Maior. Qualquer uma das Partes que estiver, total ou parcialmente, incapacitada de cumprir quaisquer de suas obrigações, resultante da ocorrência de um evento de Força Maior deverá:

- a) Notificar a outra Parte sobre a ocorrência de um evento de Força Maior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da ciência de tal evento; e
- b) Notificar a outra Parte, pela segunda vez, descrevendo o evento de Força Maior de forma detalhada e fornecendo uma avaliação preliminar das obrigações afetadas, acompanhada de provas documentais sobre a impossibilidade de cumprimento das obrigações afetadas pelo evento de Força Maior, bem como fornecer uma estimativa da duração da alegada incapacidade, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da ciência da Parte afetada por conta de tal evento.

9.2.1. Sempre que razoavelmente solicitado pela outra Parte, a Parte afetada deverá fornecer informações ainda mais detalhadas ou atualizar as informações relativas ao evento de Força Maior, se for o caso, bem como descrever as providências que estão sendo tomadas para mitigar e/ou reparar a execução das obrigações afetadas pelo evento de Força Maior.

9.2.2. A Parte afetada deverá notificar imediatamente a outra Parte do término, medidas mitigatórias e/ou da reparação do evento de Força Maior causador de sua incapacidade ou atraso no cumprimento de suas obrigações, bem como de sua capacidade de retomá-las conforme previsto neste Contrato.

9.2.3. A Parte impossibilitada de cumprir suas obrigações em razão de um evento de

DS

CL

Força Maior deverá envidar todos os esforços necessários para mitigar e/ou remediar os efeitos e a duração de tal evento.

9.2.4. Cada Parte será exclusivamente responsável pela assunção dos custos incorridos em razão das medidas mitigatórias, reparatórias e de suas próprias perdas e danos incorridos durante o período em que perdurar o evento de Força Maior e suas consequências, nos termos deste Contrato. A ocorrência de evento de Força Maior, independentemente de sua extensão ou duração, não implicará alteração no Preço do Contrato ou sua forma de pagamento.

9.2.5. Caso necessário, o(s) prazo(s) comprovadamente afetados pelo evento de Força Maior será(ão) prorrogado(s), de comum acordo, de forma proporcional e compatível com o impacto dos atrasos sofridos pela Parte afetada pelo evento de Força Maior.

9.2.6. Se os impactos do evento de Força Maior impedirem o cumprimento de parcela substancial das obrigações da Parte afetada nos termos deste Contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias, as Partes poderão rescindir o Contrato mediante notificação enviada à outra Parte após o término do prazo anteriormente referido.

9.3. Não Caracterização de Evento de Força Maior. As Partes convencionam, desde já, que os seguintes atos e eventos não serão considerados eventos de Força Maior:

- a) Greves (ou interrupções trabalhistas ou medidas tendo efeito semelhante) dos colaboradores da CONTRATADA, incluindo os subcontratados autorizados, que não sejam resultado de greve ou interrupção de trabalho geral, de natureza nacional, regional ou setorial;
- b) Problemas e/ou dificuldades de ordem financeira das Partes;
- c) Inadimplementos, erros, falhas ou atraso de fornecedores ou subcontratados da CONTRATADA;
- d) Qualquer ação de qualquer autoridade governamental, caso a Parte cuja obrigação tenha sido afetada pelo ato da autoridade pudesse ter evitado a referida ação se tivesse cumprido com a legislação aplicável;
- e) Aumentos no preço de suprimentos, serviços, matérias-primas, materiais, insumos ou qualquer equipamento, decorrente ou não de variação cambial;
- f) Condições pré-existentes nos locais onde serão executadas as atividades objeto deste Contrato;

DS
CL

- g) Insolvência, liquidação, falência, recuperação judicial, reorganização, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte e/ou dos subcontratados da CONTRATADA; e/ou
- h) A pandemia causada pela transmissão do vírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, e as medidas restritivas de circulação e reunião de pessoas impostas em razão da pandemia, sendo certo que os termos e condições deste Contrato e seus Anexos levaram em consideração os impactos que a pandemia e as referidas medidas restritivas poderão ter sobre a prestação dos Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – ANTICORRUPÇÃO

10.1. Declarações e Garantias Anticorrupção. A CONTRATADA declara que nem ela, nem seus Representantes e/ou outras pessoas que agirem por sua conta e ordem **(a)** praticou ou praticará atos ou omissões que violam a legislação aplicável aos negócios da CONTRATANTE, incluindo oferecer, prometer, dar ou concordar em dar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida ou valor a funcionário público, ou a terceiro a ele relacionado, especialmente se tal ação tiver o propósito de: (a.1) influenciar qualquer ato ou decisão do referido funcionário público no exercício de sua função pública, (a.2) induzir referido funcionário público a executar ação ou omissão que caracterize violação de ato de ofício relacionado ao exercício de sua função pública, (a.3) induzir referido funcionário a usar de sua influência sobre entidades da Administração Pública para obter qualquer ação ou omissão, (a.4) influenciar de qualquer maneira o funcionário público a auxiliar a CONTRATANTE na obtenção ou retenção de negócios e/ou benefícios indevidos no decorrer de negócios; ou **(b)** de qualquer outra forma praticou ou praticará quaisquer atos ou omissões que acarretam a violação às leis relativas ao combate ao suborno e à corrupção nos países onde atua. Os compromissos assumidos pela CONTRATADA nesta Cláusula deverão ser cumpridos durante toda a vigência deste Contrato ("Obrigação de Não Corrupção").

10.2. Para o devido cumprimento dos compromissos assumidos na Cláusula 10.1 acima, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) Agir sempre em estrita conformidade com a Obrigação de Não Corrupção;
- b) Instruir e monitorar seus Representantes e/ou outras pessoas que atuem ou atuarão em seu nome para garantir o cumprimento da Obrigação de Não Corrupção;
- c) Cumprir com as leis anticorrupção em vigor, incluindo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; o Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 que promulgou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de

DS
CL

2003; o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, as portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União nos termos das leis e decretos acima mencionados, bem como todas as leis, decretos, regulamentos e demais atos normativos expedidos por autoridade governamental com jurisdição aplicável, relacionados a esta matéria;

- d) Responder no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ou conforme prazo que venha a ser determinado no documento, qualquer solicitação da CONTRATANTE que tenha conexão com qualquer lei anticorrupção, bem como deverá fornecer todos os documentos necessários para sustentar sua resposta, exceto se estiver proibida de providenciar tais informações à CONTRATANTE em razão das leis aplicáveis; e
- e) Sempre que solicitado, apresentar à CONTRATANTE declaração escrita e assinada por seu representante legal, atestando que (a) cumpre o disposto na cláusula 10.1; (b) não está envolvida em investigação de qualquer autoridade nacional ou estrangeira sobre a prática de atos de corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, práticas anticoncorrenciais; e (c) não está envolvida em quaisquer outras práticas que violem o Código de Conduta de Terceiros e demais políticas da CONTRATANTE que possam afetar a reputação da CONTRATANTE.

10.3. Indenização. A CONTRATADA assume plena e integral responsabilidade por quaisquer perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE em decorrência de eventuais violações a esta Cláusula Décima, sendo certo que o dever de indenização aqui previsto não estará sujeito a qualquer limitação.

10.4. Notificação. A CONTRATADA compromete-se a notificar por escrito a CONTRATANTE, imediatamente após a identificação do fato, a ocorrência de (a) quaisquer violações à Obrigação de Não Corrupção e outras obrigações correlatas cometidas pela CONTRATADA, seus Representantes e/ou outras pessoas que agirem por sua conta e ordem, especialmente se a violação tiver qualquer relação com o cumprimento deste Contrato; (b) qualquer investigação ou procedimento iniciado por autoridade governamental que tenha como objeto possíveis violações às leis anticorrupção e obrigações correlatas pela CONTRATADA, seus Representantes e/ou outras pessoas que agirem por sua conta e ordem; e/ou (c) quaisquer fatos relativos à conduta adotada pela CONTRATADA, por seus Representantes e/ou por outras pessoas que agirem por sua conta e ordem, que possam afetar a reputação da CONTRATANTE.

10.4.1. Atualizações sobre Procedimentos e Investigações. No caso indicado no item (b) da Cláusula 10.4 acima, a CONTRATADA compromete-se a manter a CONTRATANTE informada sobre o progresso da investigação ou procedimento instaurado contra a CONTRATADA, seus Representantes e/ou outras pessoas que agirem por sua conta e ordem, exceto se a CONTRTATADA for obrigada, nos termos da legislação, a manter sigilo sobre o progresso da investigação ou

DS

CL

procedimento.

- 10.5. Relações com funcionários públicos. A CONTRATADA declara ainda, por si, por seus Representantes e por outras pessoas que atuem em seu nome, que não está em uma relação de negócios ou em qualquer outra relação de proximidade, incluindo aquelas de natureza pessoal, com funcionários ou agentes públicos e governos de países em que a CONTRATANTE exerça as suas atividades que possa resultar em violação da Obrigação de Não Corrupção.
- 10.6. Auditorias. A CONTRATANTE poderá, a seu livre critério, realizar auditorias nos serviços prestados pela CONTRATADA para verificar se a CONTRATADA está observando a Obrigação Não Corrupção e demais obrigações correlatas previstas nesta Cláusula Décima.
- 10.7. Código de Conduta de Terceiros da CONTRATANTE. A CONTRATADA declara estar ciente do Código de Conduta de Terceiros da CONTRATANTE, disposto no Anexo V deste Contrato, e compromete-se a seguir suas diretrizes e a não violar quaisquer de suas normas.
- 10.8. Direito de Rescisão e Suspensão. Na hipótese de: (a) a CONTRATADA violar as obrigações previstas nesta Cláusula ou no Código de Conduta de Terceiros da CONTRATANTE; ou (b) a CONTRATANTE tomar ciência do possível cometimento, pela CONTRATADA, pelos seus Representantes e/ou por outras pessoas que agirem por conta e ordem da CONTRATADA, de: (b.1) de práticas que violem a Obrigação de Não Corrupção ou quaisquer políticas internas da CONTRATANTE; e/ou (b.2) de práticas que possam afetar a reputação da CONTRATANTE, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério:
- a) suspender o Contrato por prazo indeterminado, para fins de apuração dos fatos; ou
- b) rescindir o Contrato de forma imediata, independentemente de qualquer notificação, nos termos da Cláusula 8.2. (g) acima, ressalvados os direitos de a CONTRATANTE aplicar as penalidades contratuais aplicáveis e buscar reparação de eventuais perdas e danos.
- 10.8.1. Notificação a respeito da suspensão. A suspensão prevista no item a) acima será formalizada por meio de notificação enviada por escrito à CONTRATADA e terá eficácia imediata.
- 10.8.2. Pagamentos no período de suspensão. Durante o período de suspensão, nos termos do item a) acima, a CONTRATANTE não realizará o pagamento de qualquer valor eventualmente devido à CONTRATADA, ainda que proveniente de prestação de serviços prestados anteriormente à data da suspensão.

DS

CL

DS

CHS

DS

CHS

DS

KDOM

10.8.3. Dever de cooperação durante o período de suspensão. A CONTRATADA compromete-se a cooperar, durante o período de suspensão, com qualquer investigação conduzida pela CONTRATANTE ou por qualquer autoridade competente, inclusive autorizando acesso de Representantes da CONTRATANTE à qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE para apuração do ocorrido.

10.9. Trabalho Infantil e Trabalho Escravo. A CONTRATADA declara nunca ter utilizado e se obriga a não utilizar trabalhadores fora da idade legal para desenvolver atividade remunerada, ou em condições análogas à de escravo ou em condição de trabalho degradante durante o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com a execução deste Contrato. A CONTRATADA exigirá das suas subcontratadas o respeito e cumprimento das normas legais relativas a trabalho infantil e trabalho escravo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – COMUNICAÇÃO

11.1. Forma das Comunicações. Qualquer comunicação de uma Parte a outra referente a este Contrato, inclusive o envio de boletins de medição, deverá ser feita por escrito e (a) entregue pessoalmente, (b) enviada por serviço postal ou de *courier*, ou (c) transmitida por mensagem eletrônica com confirmação de recebimento (que não seja resposta automática de sistema) devendo ser endereçadas às Partes nos seguintes endereços (conforme possa ser modificado pela Parte pertinente por comunicação nos termos desta Cláusula):

Se para a CONTRATANTE:

ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A

Avenida dos Portugueses, S/N, Módulo G, BR 135, CEP 65085-582

Cidade de São Luís, Estado do Maranhão

At.: Almir Santos e Pedro Barbosa

E-mail: almir.santos@eneva.com.br e Pedro.barbosa@eneva.com.br

Se para a CONTRATADA:

CH SERVIÇOS GERAIS LTDA

Rua 11, nº 25, Cohajap

São Luis – MA – CEP 65.072-620.

At.: Carlos Henrique Silva

E-mail: carlos.henrique@grupoch.srv.br

11.2. Entrega das Comunicações. Quaisquer comunicações referentes a este Contrato produzirão efeitos quando entregues nos endereços constantes da Cláusula acima (conforme eventualmente modificado).

DS
CL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Relação entre as Partes. Nada neste Contrato criará qualquer tipo de sociedade, associação, *joint venture* ou qualquer outra relação de natureza semelhante entre as Partes. Nenhuma das Partes, em virtude deste Contrato, terá o poder ou a autoridade de celebrar qualquer contrato ou compromisso para agir em nome da outra, exceto conforme expressamente disposto neste Contrato ou conforme possa ser especificamente acordado por escrito pelas Partes de tempos em tempos.
- 12.2. Integralidade do Contrato. Este Contrato estabelece e constitui o acordo integral entre as Partes no tocante ao seu objeto e substitui todos e quaisquer acordos, entendimentos, promessas e representações anteriores feitos por uma Parte à outra com relação ao objeto do presente.
- 12.3. Tolerância. Salvo disposição expressa em contrário neste Contrato, a eventual abstenção, omissão, demora, concessão de prazo ou tolerância de qualquer das Partes no exercício, ou o exercício parcial, de qualquer direito a elas conferidos por este Contrato não constituirá novação nem renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser por elas exercidos integralmente a qualquer tempo. Exceto nos casos em que este Contrato expressamente preveja o contrário, qualquer direito ou remédio que as Partes possam ter em decorrência deste Contrato é cumulativo e em adição a outros direitos e remédios que as Partes possam ter.
- 12.4. Validade e Exequibilidade. A nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato não afetará a validade ou exequibilidade de qualquer outra disposição, e as Partes deverão prontamente negociar em boa-fé qualquer alteração contratual necessária para eliminar tal nulidade ou inexecutabilidade, devendo, no máximo possível, corresponder ao conteúdo legal e econômico dos antigos termos e condições.
- 12.5. Cessão e Subcontratação. Este Contrato obriga cada uma das Partes e os seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato, tampouco subcontratar os Serviços, total ou parcialmente, nem o oferecer como objeto de penhor sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
- 12.5.1. Eventual subcontratação não diminuirá as responsabilidades da CONTRATADA assumidas em razão deste Contrato, estando esta última responsável por todos os atos, ações e omissões de suas subcontratadas.
- 12.6. Aditamento ao Contrato. Quaisquer modificações a este Contrato deverão ser introduzidas através de celebração, por escrito, de termo aditivo próprio entre as Partes, na presença de 2 (duas) testemunhas.
- 12.7. Limite de Responsabilidade. A responsabilidade global contratual de uma Parte à outra

DS

CL

sob este Contrato não excederá o valor correspondente a 100% (cem por cento) do Preço do Contrato.

12.7.1. Exclusões. Não obstante qualquer disposição em contrário neste Contrato, não estarão sujeitas ao limite previsto na Cláusula 12.7 e não serão computadas para efeito de determinação do atingimento do referido limite: (a) as responsabilidades decorrentes de dolo, fraude ou culpa grave da CONTRATADA ou de qualquer um de seus colaboradores, incluindo seus subcontratados autorizados e colaboradores destes; (b) as responsabilidades decorrentes de falsidade, inexatidão e/ou violação de qualquer declaração e/ou garantia prestada pela CONTRATADA no âmbito deste Contrato; (c) qualquer responsabilidade incorrida como resultado de uma violação de propriedade industrial ou intelectual; (d) as indenizações de seguros contempladas neste Contrato; (e) as responsabilidades decorrentes de perdas e danos incorridos pela CONTRATANTE em virtude de falha da CONTRATADA em contratar e manter em vigor qualquer seguro exigido nos termos deste Contrato e seus Anexos (se tais perdas e danos fossem cobertas por seguro se a CONTRATADA tivesse cumprido com as suas obrigações relacionadas aos seguros); (f) quaisquer responsabilidades incorridas como resultado da violação à Obrigação de Não Corrupção e/ou à obrigação de confidencialidade previstas neste Contrato; e (g) as responsabilidades decorrentes de reivindicações de terceiros, incluindo do pessoal da Contratada e autoridades governamentais.

12.7.2. Para fins do disposto na Cláusula 12.7.1 acima, entende-se como "culpa grave" a ação ou omissão culposa em circunstâncias em que a Parte responsável conhecia o risco de causar danos e/ou prejuízos à outra Parte e, apesar disso, se portou com indiferença em relação a tal risco, ou de forma descuidada e incompatível com o grau mínimo de diligência, perícia e/ou prudência que seria esperado de uma prestadora de serviços, fornecedora ou empreendedora, conforme o caso, em circunstâncias similares.

12.8. Contrato entre Empresários. As Partes reconhecem e concordam que o presente Contrato foi celebrado entre empresários nos termos do artigo 421-A do Código Civil Brasileiro, de forma que cada uma delas está devidamente informada e assessorada, compreendendo os termos, condições e efeitos do presente instrumento, bem como nenhuma Parte se encontra em situação e hipossuficiência e/ou vulnerabilidade, dos pontos de vista financeiro, informacional, técnico ou jurídico em relação à outra Parte, entendendo que a relação estabelecida por meio deste Contrato é uma relação entre Partes plenamente qualificadas e conscientes do tipo de negócio que estão celebrando.

12.8.1. As Partes reconhecem e concordam que, nas circunstâncias em que a legislação em vigor confira a qualquer das Partes direitos contrários ou inconsistentes com aqueles conferidos à mesma Parte por este Contrato, os direitos conferidos pela

DS
CL

legislação não serão aplicáveis e não poderão ser invocados pela Parte em questão, na medida em que sejam contrárias ou inconsistentes com os direitos conferidos por este contrato.

12.8.2. A título meramente ilustrativo, inserem-se, dentre os direitos conferidos pela legislação em vigor que não deverão ser aplicados à relação jurídica estabelecida pelas Partes por meio deste Contrato, aqueles previstos nos artigos 317; 404, parágrafo único; 413; 445; 446 (exclusivamente no que diz respeito ao prazo de 30 dias ali referido); 473, parágrafo único; 478, 480; 603; 614; 618, parágrafo único; 623; e 625 do Código Civil Brasileiro. As Partes renunciam a quaisquer direitos que porventura possam ter em decorrência dos dispositivos acima enumerados e outros que se enquadrem no disposto na Cláusula 12.8 acima.

12.8.3. As Partes, representadas por seus respectivos advogados, participaram da negociação e da elaboração deste Contrato, de forma que, em havendo alguma ambiguidade e/ou divergência quanto à intenção e/ou interpretação deste Contrato, o mesmo deverá ser considerado como tendo sido redigido em conjunto pelas Partes, bem como nenhuma presunção e/ou ônus probatório deverá favorecer ou prejudicar qualquer Parte em razão unicamente da autoria de qualquer disposição deste Contrato.

12.9. Assinatura Eletrônica. As Partes declaram e reconhecem que este Contrato, caso assinado eletronicamente por meio da plataforma DocuSign, dispensa a assinatura digital nos parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), conforme definida pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e (a) é válido e eficaz entre as Partes, representando fielmente os direitos e obrigações pactuados entre as Partes; e (b) tem valor probante, pois está apto a conservar a integridade de seu conteúdo e é idôneo para comprovar a autoria das assinaturas das partes signatárias, (que desde já renunciam a qualquer direito de alegar o contrário e assumem o ônus da prova em sentido contrário).

12.9.1. As Partes declaram, sob as penas de lei, serem os signatários indicados ao final deste Contrato os seus legítimos representantes, possuindo poderes para firmar este Contrato, sem necessidade de qualquer autorização adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEI DE REGÊNCIA E FORO

13.1. Lei de Regência e Foro. O presente Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e quaisquer questões derivadas do presente Contrato deverão ser dirimidas pelo foro da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as Partes firmam o presente Contrato em 02 (duas)

DS
CL

vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas que abaixo o subscrevem, para que produza seus efeitos legais.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2022.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco.
Segue página de assinaturas)*

DS
CL

DS
CHS

DS
CHSJ

DS
KDOM

(Página de Assinaturas do Contrato de Prestação de Serviços nº 4600002534 celebrado em 06 de setembro de 2022 entre ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A e CH SERVICOS GERAIS LTDA)

Marcelo Habibe

SERGIO CAMPODARVE

DocuSigned by:

Marcelo Habibe

3ECA1B1A4E50403...

DocuSigned by:

SERGIO CAMPODARVE

51C667B844EE40A...

ITAQUI GERACAO DE ENERGIA S/A

Carlos Henrique Silva Júnior

DocuSigned by:

Carlos Henrique Silva Júnior

7008CC642753405...

CH SERVICOS GERAIS LTDA

Testemunhas:

DocuSigned by:

KARLA DE OLIVEIRA MONTEIRO

621E4685506648B...

Nome: KARLA DE OLIVEIRA MONTEIRO

CPF/ME: 132.218.817-38

DocuSigned by:

Carlos Henrique Silva

7DD87EB53A784Q1...

Nome: Carlos Henrique Silva

CPF/ME: 280.078.243-91